



ARTIGO

O projeto da formação profissional do assistente social na conjuntura brasileira

Alba Maria Pinho de Carvalho *

A questão da formação profissional do assistente social constitui-se hoje, na realidade brasileira, um objeto de debate e de análise para professores, estudantes, supervisores no contexto dos cursos de Serviço Social e para a categoria dos assistentes sociais que busca um repensar do Serviço Social frente aos desafios que se colocam para a profissão na atual conjuntura. A questão se configura em toda a sua complexidade ao se considerar:

- as mudanças que marcam a história recente do país que, desde a segunda metade da década de 70, vêm se acumulando e que irromperam nesta Nova República em que, no âmbito de uma democracia burguesa, tem-se uma conjuntura perpassada de contradições que se expressam num clima de efervescência política a exigir lucidez e perspicácia de análise;
- as mudanças significativas no processo da formação profissional do assistente social, nestes últimos cinco anos, determinadas pela dinâmica social e agilizadas pela exigência oficial de implantação do novo currículo mínimo a partir de sua aprovação pelo Conselho Federal de Educação em 1982;
- a realidade heterogênea da formação profissional do assistente social no país, o que dificulta uma avaliação crítica e a configuração de tendências gerais. De fato, tem-se no contexto da Universidade brasileira uma diversidade de condições objetivas em termos do desenvolvimento de um projeto educacional em Serviço Social.

* Assistente social e professora do Depto. de Sociologia da Universidade Federal do Ceará. Autora do livro *Questão da transformação do trabalho social*.

A ABESS, enquanto entidade diretamente responsável pela política de formação profissional nos últimos anos, especificamente nas duas últimas gestões (81-83 e 83-85), vem buscando responder a este desafio de repensar esta formação profissional do assistente social na sociedade brasileira através de um processo sistemático de análise na busca de indicações fundamentais em termos de política de ação. A investigação "A formação profissional do assistente social no Brasil — determinantes históricos e perspectivas", iniciada em 1982, apresenta, sem dúvida, um marco histórico importante que hoje aponta para questões básicas a serem enfrentadas no processo de redefinição profissional. E, neste contexto, coloca-se para a ABESS a exigência de seu próprio repensar, de sua redefinição enquanto entidade para responder a estas questões básicas da formação profissional do assistente social no Brasil, no atual momento da história. A XXIV Convenção da ABESS mostrou com clareza esta exigência de redefinição da entidade, colocando a necessidade de ampliar a discussão ao nível das Unidades de Ensino e da própria categoria profissional.

É justamente nesta perspectiva da necessidade e exigência de ampliar a discussão coletiva de professores, estudantes, supervisores e profissionais sobre a ABESS e sua política de ação, que se coloca este documento que apresenta uma reflexão básica sobre o quadro da formação profissional do assistente social na atual conjuntura brasileira. É uma tentativa de delimitar pontos para o debate que deve amadurecer e aprofundar-se ao nível de cada Unidade e Ensino, buscando indicações para a política de formação profissional que deve nortear o trabalho da ABESS no atual momento brasileiro.

O documento sistematiza a reflexão dentro de três pontos centrais:

- inicialmente, a delimitação de premissas analíticas em termos da concepção da formação profissional, buscando configurar, assim, uma lógica de análise que delimita um encaminhamento metodológico na discussão do tema;

- a partir daí, o desenvolvimento de uma avaliação crítica da formação profissional do assistente social nestes últimos cinco anos, procurando recuperar algumas questões centrais emergentes no processo da formação profissional;

- com base nesta avaliação crítica e tendo presente uma caracterização da atual conjuntura brasileira, a configuração de exigências básicas que se colocam no processo de redefinição da formação profissional do assistente social no Brasil neste atual momento histórico.

1. PREMISSAS ANALÍTICAS

A recuperação de premissas analíticas visa, antes de tudo, delimitar uma perspectiva de análise que permite a configuração do encaminhamento metodológico na discussão da temática. É a definição da lógica de análise.

Assim sendo, o ponto de partida é a própria concepção da formação profissional como um processo amplo de:

- preparação científica de quadros profissionais para responder às demandas sociais que se colocam para o Serviço Social;
- produção de conhecimentos, ou seja, de investigação;
- capacitação continuada da categoria em termos de atualização para o exercício da prática profissional.

Logo, a formação profissional não se confunde com a simples preparação para o emprego, não se limita ao processo que se restringe a formar quadros profissionais. E, sim, um projeto educacional que articula ensino/pesquisa/extensão orientado por diretrizes básicas.

É esta uma tese que, do ponto de vista do discurso, não é novidade, pois vem passando as discussões no processo de redefinição da formação profissional nas diferentes Unidades de Ensino. A questão é que, de fato, no contexto da Universidade brasileira, esta tese vem colocando um desafio em termos da formação profissional do Serviço Social: como viabilizar o projeto educacional de ensino/pesquisa/extensão sem restringi-lo a mera transmissão de conhecimento?

Uma segunda premissa analítica é a determinação social da formação profissional enquanto projeto educacional, configurando-se determinantes estruturais ao nível do desenvolvimento do capitalismo e determinantes conjunturais ao nível da dinâmica política de uma dada formação social. Logo, é preciso discutir a formação profissional no contexto das relações sociais. Isto exige que se tenha presente, na análise do processo de formação profissional do assistente social no Brasil, as exigências que o processo de consolidação do capitalismo monopolista no pós-64 vem colocando para o Serviço Social no contexto da ditadura militar e, agora, no contexto da democracia burguesa da Nova República. Nesta perspectiva é fundamental considerar que o desenvolvimento capitalista brasileiro, orientado por um modelo associado, dependente, exportador, concentrador e excludente, vem se expressando numa superacumulação do capital e aumento selvagem da taxa de exploração, implicando na ampliação da miséria relativa e absoluta de grande parte da população trabalhadora, o que, hoje,

agrava-se no contexto de uma grave crise econômica. E, frente a este quadro de miséria, o Estado, como grande articulador do desenvolvimento capitalista, dinamiza políticas sociais que tomam feições diferentes e específicas nas distintas conjunturas, ou seja, na conjuntura do final da década de 60 à primeira metade da década de 70 no contexto de uma economia em ascensão e de uma ditadura marcada por violenta repressão política; e, na conjuntura atual (final da década de 70 aos anos 80), no contexto de uma crise econômica e de um processo de redemocratização do país em que os trabalhadores, os setores populares, colocam-se como força social no cenário político.

Este processo de desenvolvimento capitalista brasileiro dentro desta dinâmica conjuntural vem delimitando demandas específicas em termos da formação profissional do assistente social: é a tecnificação pragmática, a formação metodologista em termos do profissional tecnicamente eficiente e acrítico que marcou o final da década de 60 e boa parte dos anos 70; é a capacitação para o controle social em termos do direcionamento da participação popular, dos movimentos sociais que hoje se colocam como demanda oficial; é, por outro lado, a capacitação para trabalhar as contradições numa prática de apoio e reforço aos movimentos sociais como demanda emergente que vem se colocando contemporaneamente para o Serviço Social.

Uma terceira premissa a considerar é que a determinação social da formação profissional passa pela Universidade enquanto instituição em que se desenvolve o projeto educacional. Assim sendo, é preciso discutir a formação profissional do assistente social no contexto da Universidade brasileira, que configura as condições objetivas para o desenvolvimento do projeto educacional de Serviço Social, definindo reais possibilidades e limites. Nesta perspectiva é indispensável considerar a política de modernização conservadora, de racionalidade empresarial tecnocrática que vem dominando a Universidade brasileira pós-64, especificamente no pós-68, com a reforma universitária, com características que comprometem a função histórica da Universidade como instituição social de interesse público, ou seja:

- aceleração do processo de privatização com o empresariamento do ensino;
- crescente desobrigação do Estado com o funcionamento das

Universidades;

- política educacional que não assegura condições de trabalho para o exercício pleno do magistério;

- autoritarismo, cerceamento/repressão¹.

É evidente que este contexto autoritário, empresarial, tecnocrático vai determinar fundamentalmente o processo de formação profissional do assistente social na sociedade brasileira, condicionando na atual conjuntura o processo de redefinição profissional em curso nas escolas de Serviço Social.

No atual momento histórico começa a se configurar um novo momento na Universidade brasileira: as forças da comunidade universitária — professores, estudantes e funcionários — vêm, na luta organizada, conquistando um espaço, expressando-se politicamente através do Movimento Docente e de Funcionários e do Movimento Estudantil que, nesta conjuntura contraditória da Nova República, vem apresentando e defendendo uma *proposta de reestruturação da Universidade brasileira* centrada na redemocratização, autonomia, condições objetivas de trabalho em termos de um padrão único para a Universidade (*id. ib.*).

E o Ministério de Educação é, então, obrigado a reconhecer e considerar como interlocutor estas forças da comunidade universitária, procurando, na sua política contraditória, negociar aspectos básicos que constituem objeto de reivindicação e de luta.

Assim é preciso discutir a formação profissional do assistente social na atual conjuntura no interior da Universidade brasileira, considerando, por um lado, a sua estrutura e a sua política que determinam condições objetivas de trabalho e, por outro lado, este contexto novo de rearticulação de forças na vida universitária, que abre reais possibilidades para um avanço em termos de projeto educacional. E, nesta perspectiva, colocam-se dois questionamentos básicos na reflexão coletiva no processo de redefinição da formação profissional do assistente social no Brasil:

- que condições objetivas a Universidade oferece para uma redefinição do projeto educacional em Serviço Social no sentido do ensino, pesquisa e extensão?

- como o Serviço Social vem participando deste momento de rearticulação de forças na vida universitária e como tem aproveitado os espaços que se vão criando na luta para avançar no processo de redefinição da formação profissional?

1. Cf. documento "Proposta das Associações de Docentes e da ANDES para a Universidade Brasileira" — Conselho Nacional das Associações de Docente e Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, Olinda, julho de 1985.

Uma quarta premissa analítica é a expressão, de forma específica e peculiar, da dinâmica do enfrentamento de classes de uma dada formação social no processo da formação profissional do assistente social. Assim, hoje, ao se analisar o contexto da formação profissional do assistente social na sociedade brasileira, tem-se claro a diversidade de posicionamento do corpo docente e do corpo discente, verificando-se um enfrentamento de forças no interior do Serviço Social na luta pela hegemonia. Fundamentalmente, este enfrentamento se dá entre forças conservadoras *versus* forças progressistas que, sendo a luta básica da sociedade, já vêm se explicitando no interior do Serviço Social no Brasil a partir do processo de rearticulação de forças sociais na sociedade civil. No entanto, hoje, nos últimos cinco anos, no bojo do avanço da luta pela redemocratização do país, a luta pela hegemonia no Serviço Social também avança, explicitando-se, no processo da formação profissional, tendências no interior das forças sociais básicas com propostas políticas diversas. Começa-se então a ter, também no âmbito da formação profissional do assistente social no Brasil, um enfrentamento entre as diferentes tendências progressistas na busca da hegemonia no encaminhamento do projeto educacional. Contemporaneamente, a questão da diversidade de posicionamentos no processo da formação profissional não se coloca mais enfaticamente em termos da polémica *Funcionalismo versus Dialética* — polémica típica do final dos anos 70 — mas, sim, em termos do enfrentamento das diferentes forças políticas que têm entendimento e propostas diversas no processo de transformação da sociedade brasileira.

Uma quinta e última premissa analítica é a vinculação orgânica do processo de formação profissional com uma proposta de Serviço Social em termos de respostas às diferentes demandas sociais que se configuram para a profissão hoje na sociedade brasileira. O projeto de formação profissional do assistente social deve estar fundado num projeto profissional que configure uma proposta de intervenção do Serviço Social na realidade brasileira na atual conjuntura. Logo, só se pode discutir efetivamente o processo de formação profissional do assistente social tendo como referência uma proposta de Serviço Social que constitua, de fato, o eixo articulador do projeto educacional que vai orientar o currículo nas suas diretrizes, conteúdo e estratégias pedagógicas.

Estas cinco premissas analíticas, enquanto teses básicas, delimitam o entendimento de formação profissional que vem orientando hoje o trabalho da ABESS. E é dentro deste entendimento da formação profissional como um projeto educacional amplo, determinado

socialmente no contexto contraditório da Universidade, na dinâmica da sociedade brasileira, que a ABESS, neste momento peculiar da história do país, está problematizando e repensando a formação profissional do assistente social, buscando as indicações para a redefinição da sua estrutura e da sua política de trabalho enquanto entidade nacional.

2. PROBLEMATIZAÇÃO DO PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Determinada por exigências sociais que exigem a sua urgente redefinição e inserida no contexto contraditório da Universidade brasileira, a formação profissional do assistente social, no Brasil, nestes últimos cinco anos, vem apresentando um *avanço qualitativo*. Contudo, contemporaneamente, *mudanças significativas* em termos de *tendências predominantes* no processo da formação profissional do assistente social que bem expressam concretamente este avanço qualitativo:

a) **Processo de redefinição de currículos nas diferentes escolas e cursos**
Hoje, como uma tendência predominante, a questão da formação profissional e, especificamente, a revisão de currículos, nas diferentes escolas e cursos de Serviço Social de norte a sul do país, não é tratada mais como uma mera questão técnico-burocrática de montagem de grades curriculares e, sim, como um projeto educacional num processo de debate, de análise com professores e estudantes e, em muitos casos, com a participação efetiva da categoria via organizações representativas. Assim, tem-se hoje, predominantemente, nas Unidades de Ensino de Serviço Social, currículos que buscam efetivar uma nova lógica, embora com limites e dificuldades a serem superadas.

b) **Participação do Serviço Social no contexto universitário**

Atualmente no Serviço Social, no contexto contraditório das diferentes escolas e cursos, tem-se um grupo expressivo de professores e alunos que se engajam no Movimento Docente e no Movimento Estudantil e, ainda, nas atividades de pesquisa e extensão das diferentes universidades. Na prática, o Serviço Social vem tendendo a redefinir a sua imagem no meio universitário: de curso alienado, pragmático, marginalizado, a curso em que professores e estudantes têm condições de compor e, de fato, vêm compondo uma vanguarda progressista no interior da Universidade brasileira.

c) Aumento significativo da produção teórica via processo de investigação

Nos últimos cinco anos, o Serviço Social, buscando efetivamente contrapor-se às marcas históricas do empirismo e do pragmatismo, vem colocando-se na sociedade brasileira como produtor de conhecimentos. E, assim sendo, hoje já apresenta uma produção teórica considerável em relação ao que se tinha anteriormente. Nesta perspectiva, os cursos de pós-graduação em Serviço Social — iniciados em 1972 — vêm tendo uma importância decisiva, enquanto espaço que tem criado condições objetivas para os assistentes sociais desenvolverem trabalhos de investigação em termos de produção de teses, monografias. É claro que esta produção teórica expressiva, que cresce a cada ano, ainda é insuficiente para responder às exigências de produção de conhecimentos que se colocam contemporaneamente para o Serviço Social, e, de fato, apresenta ainda tendências empiristas e formalistas a serem superadas no avanço do processo de pesquisa em Serviço Social.

d) Busca de alternativas de capacitação continuada pelos profissionais diretamente vinculados ao exercício profissional

Em resposta às exigências que concretamente estão se colocando no exercício da profissão, os assistentes sociais, no interior das instituições, começam a criar alternativas de capacitação continuada em termos de cursos, seminários, assessorias, consultorias que efetivamente lhes proporcionem um instrumental analítico como base para a definição de propostas de ação. Neste sentido, verificam-se iniciativas relevantes no tocante a cursos de especialização e aperfeiçoamento para assistentes sociais por parte da Universidade. No entanto, esta oferta de cursos no contexto universitário, embora crescente, é ainda insuficiente em relação às necessidades e exigências da prática do Serviço Social na atual conjuntura, exigindo que os grupos de profissionais busquem suas próprias alternativas de capacitação continuada.

e) Avanço no Movimento Estudantil como uma força expressiva no Projeto Educacional da Formação Profissional

Inserindo-se no contexto contraditório da Universidade, o Movimento Estudantil vem assumindo as lutas no processo de redefinição da formação profissional do assistente social, juntando-se ao esforço dos docentes e da própria categoria. Neste sentido, vale destacar o papel do ENESS (Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social), que vem contribuindo efetivamente para repensar o projeto educa-

cional do Serviço Social, participando desde a elaboração da proposta de novo currículo mínimo. É importante destacar ainda a participação dos estudantes na própria ABESS no esforço coletivo de repensar uma política de formação profissional do assistente social que responda aos desafios e demandas que estão se colocando hoje na sociedade brasileira.

f) Participação das entidades representativas da categoria no Processo de Redefinição da Formação Profissional

Dentro da perspectiva de uma articulação orgânica das diferentes entidades de Serviço Social, a partir das especificidades de cada uma, vem se procurando desenvolver um trabalho articulado em termos da questão da formação profissional do assistente social, buscando, em diferentes tentativas, uma participação efetiva das distintas entidades da categoria na política da ABESS e no processo de redefinição dos currículos nas diferentes Unidades de Ensino. Este processo de articulação emergente está a exigir a criação de mecanismos que garantam de forma mais efetiva a ampliação do projeto educacional de Serviço Social num trabalho conjunto da ABESS com as entidades representativas da categoria: ANAS, CFAS, Sindicatos, Associações Profissionais e CRAS.

Neste processo de avanço da formação profissional do assistente social no Brasil emergem, hoje, *questões, aspectos problemáticos, dificuldades* que estão a exigir de professores, de estudantes, de supervisores, da categoria de assistentes sociais um esforço de reflexão coletiva em busca de estratégias de ação para a superação destas dificuldades.

É necessário esclarecer que estas questões configuram *tendências predominantes* que assumem formas próprias, têm uma especificidade, considerando a diversidade do quadro da formação profissional em todo o país a partir de determinantes específicos: a realidade política das diferentes formações sociais; o contexto de cada Universidade; a insensação do curso de Serviço Social no contexto universitário; o enfrentamento das forças no interior do corpo docente e discente, entre outros.

A primeira questão que constitui uma dificuldade básica, um problema de fundo é a *operacionalização, a delimitação em termos estratégicos do Projeto de Serviço Social que hoje vem se mostrando hegemônico na maioria das escolas de Serviço Social.*

Nos últimos quatro ou cinco anos, na discussão da formação profissional do assistente social no Brasil, vem ganhando força no contexto das diferentes Unidades de Ensino, na qualidade de proposta hegemônica, o Projeto de Serviço Social vinculado aos interesses dos dominados em termos de contribuição no processo de transformação da sociedade brasileira, ou seja, o Projeto de Serviço Social compreendido com os interesses da clientela enquanto classe dominada e com as suas lutas expressas nos movimentos sociais. E, nesta perspectiva, delimita-se a exigência de formar o assistente social, considerando as condições objetivas do exercício profissional, para trabalhar as condições no interior das diferentes instituições, para ser capaz de desenvolver um trabalho institucional crítico.

Hoje, este discurso está configurado nas propostas de currículo da maioria das Unidades de Ensino. No entanto, no âmbito dos cursos de Serviço Social, está-se tendo dificuldade de traduzir este discurso no concreto, o que exige todo um instrumental analítico e metodológico. Assim, no interior do processo de formação profissional, existe ainda uma restrição de reflexão e análise relativa à prática do Serviço Social no contexto de forças da atual conjuntura brasileira em termos da articulação dialética das demandas reais e potenciais que se colocam para a profissão. Falta uma configuração real da identidade profissional no tocante à proposta de atuação que viabilize o projeto de reforço à luta dos dominados na sociedade em que se vive. Ao nível dos projetos de formação profissional das Unidades de Ensino, esta dificuldade está se expressando concretamente num distanciamento nas propostas curriculares entre diretrizes/objetivos e conteúdo/dinâmica pedagógica. O eixo articulador do projeto educacional está vago, genérico. As propostas ainda estão num nível de princípios básicos a serem concretizados, evidenciando-se, assim, uma dificuldade nossa de expressar estes princípios em eixos básicos, na estrutura curricular, no conteúdo das disciplinas, no processo pedagógico. De fato, vem verificando-se uma distância entre princípios e processo. Em termos operacionais, a maioria dos cursos de Serviço Social está com reais dificuldades de viabilizar, no encaminhamento da formação profissional, o projeto educacional de compromisso com as classes dominadas. E isto se deve, em última instância, a uma questão fundamental, qual seja, a de definir estrategicamente o Projeto de Serviço Social que alicerça o Projeto de Formação Profissional.

Um segundo aspecto que vem se configurando no contexto dos cursos de Serviço Social como objeto de análise é a questão da direção social do Projeto de Formação Profissional versus Pluralismo,

ou seja, como desenvolver um Projeto de Formação Profissional dentro de determinadas diretrizes no contexto da diversidade de posicionamentos e posturas do corpo docente e discente.

No final da década de 70 e nos anos 80, no contexto de rearticulação da sociedade civil brasileira e de avanço do processo de redemocratização do país, começa a se expressar no interior do Serviço Social, cada vez com maior intensidade, a diversidade de posicionamentos e posturas no tocante ao projeto profissional expressando de forma específica e peculiar a luta pela hegemonia. Esta luta hegemônica de posicionamentos e tendências está explícita hoje nos cursos de Serviço Social ao nível do corpo docente e discente, revelando-se com clareza nos debates e discussões no processo de redefinição da formação profissional. Tem-se claro como premissa analítica em termos de concepção da formação profissional que o processo é, de fato, uma luta pela hegemonia, afirmando-se, pois, na definição da direção do curso, a tendência que se mostrar hegemônica. A partir daí é que emerge uma questão básica que vem preocupando professores e alunos nos cursos de Serviço Social: como, então, conviver democraticamente, num clima de respeito e de liberdade de expressão, com as posturas e posicionamentos divergentes sem comprometer o projeto de formação profissional na sua direção social? Como garantir a direção social do curso sem incorrer no perigo do autoritarismo e da repressão que se concretiza no dogmatismo que leva a um fechamento radical do currículo? É a questão do pluralismo que, de fato, está a exigir uma reflexão mais consistente, que possibilite a sua exata compreensão e viabilização, evitando equívocos que vêm passando muitos debates acerca da formação profissional do assistente social no Brasil. Um dos equívocos mais frequentes no âmbito do Serviço Social é a confusão do pluralismo com o ecletismo. Ela vem se expressando numa posição defendida por grupos de professores e alunos de que, no desenvolvimento do currículo, dever-se-ia manter uma postura neutralidade que permitisse colocar as diferentes propostas e perspectivas teórico-metodológicas de igual forma, para que, então, o aluno, com conhecimento de causa, pudesse fazer sua opção. É a posição eclética que, na sua argumentação, termina por negar a existência de uma direção social do curso, o que compromete essencialmente todo o projeto educacional. Como ter uma política de ensino, pesquisa e extensão sem uma definição da direção social do curso? Logo, tem-se claro que este é um equívoco que precisa, de imediato, ser combatido e superado no debate docente e discente, exigindo, por conseguinte, que se configure com lucidez o que é pluralismo, che-

gando-se a delimitar concretamente, na dinâmica do currículo, uma política pedagógica que viabilize a concepção pluralista que se está buscando no processo de democratização da Universidade.

Uma *terceira questão* que hoje emerge no processo da formação profissional do assistente social no Brasil é o *encaminhamento do estudo das teorias das Ciências Sociais, especificamente o marxismo*.

Avaliando criticamente o processo da formação profissional, constatase que, de fato, nestes últimos cinco anos, no bojo do processo de redefinição da profissão na sociedade brasileira, os currículos de Serviço Social revelam uma ampliação da base teórica no âmbito das Ciências Sociais, incluindo-se, como conteúdo básico, a teoria marxista. No entanto, verifica-se hoje, no contexto dos cursos de Serviço Social, como uma forte tendência geral, que o estudo das teorias das Ciências Sociais, sobretudo o estudo do marxismo, vem incorrendo no teorismo, na mera transmissão de conceitos genéricos sem conseguir, efetivamente, resgatar a lógica das teorias que fundamenta e dá o sentido específico ao seu quadro conceitual. Assim é que, via de regra, vem se desenvolvendo um estudo teórico sem uma discussão que dê conta da dinâmica das teorias enquanto instrumento de análise do real, ou seja, configuram-se as teorias de forma estática, mecânica, sem uma análise que coloque estas teorias em movimento em termos de encaminhamento metodológico para investigação e para intervenção na realidade. Concretamente, não se vem conseguindo dinamizar as teorias no confronto com a realidade da sociedade brasileira, no sentido de recuperar indicações teórico-metodológicas para análise desta realidade e para o desenvolvimento da prática profissional do Serviço Social no contexto das relações sociais. Tem-se sérias dificuldades de fecundar as teorias, ficando-se, por conseguinte, no âmbito de estudos vagos que não conseguem dar ao profissional um instrumental analítico e metodológico. Nesta perspectiva, cumpre destacar, como uma debilidade que vem marcando o currículo de muitos cursos de Serviço Social no país, o estudo não dialético do marxismo que, não conseguindo sair das abstrações, não desenvolve uma análise da lógica interna da teoria marxista e, conseqüentemente, não consegue efetivar a recuperação das indicações teórico-metodológicas para análise do Serviço Social na sociedade brasileira.

Refletindo criticamente sobre esta questão do teorismo nos currículos de Serviço Social, tem-se como um determinante geral a própria realidade da Universidade brasileira onde o ensino, de fato, não vem propiciando aos estudantes dos diferentes cursos indicações teórico-metodológicas que respondam às exigências do exercício pro-

fissional na sociedade brasileira. Esta situação — que é geral —, ao nível do curso de Serviço Social, tem como agravante a debilidade da formação teórica do assistente social enquanto uma marca histórica que ainda tem resquícios no interior da categoria com maior ou menor amplitude. Assim, via de regra, os professores de Serviço Social, frente às exigências atuais do projeto de formação profissional, depararam-se com uma séria dificuldade: ter que ensinar teoria sem a necessária formação teórica. É este um problema que está a exigir uma resposta em termos de uma política de capacitação docente tanto ao nível de cada Unidade de Ensino como ao nível da ABESS enquanto entidade nacional.

Uma *quarta questão* que, contemporaneamente, vem se configurando como uma dificuldade no processo da formação profissional do assistente social no Brasil é a *produção do conhecimento em termos do desenvolvimento da pesquisa em Serviço Social*.

Rompendo com toda uma forte herança pragmatista, o Serviço Social no Brasil, a partir da década de 70, vem procurando se colocar como produtor de conhecimento, reivindicando a necessidade e exigência do assistente social desenvolver pesquisa. No entanto, apesar do avanço qualitativo na construção teórica, o Serviço Social em termos de investigação não tem ainda conseguido, na medida do necessário, responder às questões emergentes que lhe são colocadas hoje na sociedade brasileira. Assim, a profissão vem se ressentindo de uma maior produção de conhecimento tanto sobre as questões básicas, as questões de fundo do Serviço Social como sobre as questões emergentes no cotidiano do exercício profissional. É esta deficiência de produção de conhecimento em termos de pesquisa vem se expressar, sobretudo, no processo da formação profissional do assistente social. Assim, a realidade atual dos cursos de Serviço Social vem mostrando que, apesar do reconhecimento da exigência da pesquisa em Serviço Social, não se está efetivamente assumindo a investigação como estratégia básica na redefinição do projeto educacional de Serviço Social. É esta uma deficiência decorrente das próprias condições da Universidade brasileira aliadas às fragilidades teórico-metodológicas do Serviço Social e que, de fato, compromete qualitativamente o processo da formação profissional, contribuindo para o seu distanciamento da realidade do exercício profissional, à medida que não se está produzindo o conhecimento necessário para subsidiar a prática do assistente social na atual conjuntura, ficando, então, o projeto da formação profissional sem uma referência efetiva em termos de proposta de Serviço Social. E os currículos dos

curso ressentem-se com esta debilidade de produção de conhecimento, sobretudo no tocante ao conteúdo curricular, constatando-se a falta de consistência de conteúdo no âmbito de determinadas matérias e disciplinas. É o caso hoje na estrutura curricular dos cursos de Serviço Social das matérias *História/Teoria/Metodologia* em que se vem verificando uma dificuldade básica de encaminhar os estudos também pela falta de um conteúdo específico consistente: não se vem produzindo sistematicamente conhecimentos sobre a história do Serviço Social nas diferentes formações sociais do país; é débil a produção de conhecimentos sobre determinados conceitos que são fundamentais no desenvolvimento da prática do assistente social e que historicamente vem perpassando o discurso profissional; é incipiente a produção de conhecimento sobre as alternativas metodológicas de intervenção do Serviço Social a partir das diferentes perspectivas teóricas.

Assim, pode-se bem perceber que a insuficiência de investigação em Serviço Social não vem permitindo dotar a formação profissional do assistente social da consistência e dinamicidade necessárias para responder às demandas da realidade brasileira na atual conjuntura.

Um quinto aspecto que vem se constituindo numa dificuldade para o desenvolvimento do projeto educacional em Serviço Social é a *questão da capacitação continuada da categoria*.

Expressando a própria desvinculação da Universidade brasileira da sociedade, os cursos de Serviço Social não vêm conseguindo responder satisfatoriamente à necessidade de capacitação dos assistentes sociais que estão no exercício da profissão: os profissionais, neste momento, sentem a necessidade de capacitar-se para responder às exigências que se colocam para o Serviço Social na atual conjuntura e os cursos de Serviço Social, no contexto das Universidades, não vêm tendo condições concretas de atender a esta necessidade imediata e urgente de capacitação dos profissionais que se expressa numa demanda em termos de cursos, assessorias e consultorias. Este fato bem revela a própria deficiência da extensão na Universidade brasileira. E, frente a isso, os próprios profissionais estão buscando alternativas de capacitação, superando a antiga posição tendente ao imobilismo e passividade — que caracterizou historicamente a categoria em relação a sua capacitação profissional — por uma nova posição de busca, de criação de formas alternativas de acordo com as possibilidades e condições de cada realidade institucional. Com isto, os cursos de Serviço Social estão concretamente se isolando da realidade da prática profissional, sem conseguir, de fato, desenvolver um processo de formação profissional que responda às questões que a atual conjuntura

vem colocando para o Serviço Social como profissão. Além do mais, o projeto educacional vai ficando restrito ao ensino desvinculado da realidade que, de fato, não capacita para um exercício consciente e consequente da profissão na sociedade brasileira.

Uma sexta questão que se coloca hoje no processo da formação profissional do assistente social é a *articulação com o processo de organização da categoria na sociedade civil*.

Tendo-se claro, enquanto uma direttriz básica de trabalho, que é fundamental a articulação das diferentes entidades de Serviço Social nas lutas fundamentais da profissão a partir das especificidades de cada uma, vem se desenvolvendo, nos últimos anos, um esforço de articular as entidades representativas da categoria — ANAS, CFAS, Sindicatos, Associações, CRAS — na discussão e encaminhamento do processo da formação profissional do assistente social. Esta articulação, ainda emergente, tem se manifestado mais concretamente ao nível das entidades nacionais, quais sejam, ABESS, ANAS, CFAS quando do surgimento de questões que exigem uma luta conjunta. No entanto, a nível local, em termos das Unidades de Ensino e Sindicatos, Associações Profissionais, CRAS, esta articulação vem se ressentindo de uma viabilização mais sistemática que propicie uma participação mais efetiva da categoria no processo de redefinição da formação profissional, seja nas Comissões de Currículo, seja em termos de pesquisa e extensão.

Na atual conjuntura, um aspecto que está a exigir um repensar de mecanismos e estratégias em termos da articulação ABESS/entidades representativas da categoria, tanto a nível nacional como local, é a questão da capacitação continuada dos assistentes sociais que estão no exercício cotidiano do Serviço Social. Como fazer um trabalho articulado que responda à necessidade e exigência de uma capacitação urgente e imediata dos profissionais para o exercício do Serviço Social frente às demandas que se colocam contemporaneamente para a profissão na sociedade brasileira?

Esta questão configura-se prioritariamente como objeto de reflexão e debate justamente neste momento em que a ABESS assume que precisa redefinir e ampliar sua política de trabalho para responder às exigências do processo de formação profissional do assistente social.

Um sétimo aspecto que se vem colocando como objeto de análise no processo de redefinição da formação profissional do assistente social é a *questão dos cursos de pós-graduação em Serviço Social*

em termos de sua vinculação com a realidade da profissão na sociedade brasileira.

Determinado pelas exigências sociais, o processo da formação do assistente social no Brasil, contemporaneamente, implica a graduação e a pós-graduação como níveis distintos de capacitação profissional. E, nestes últimos anos, a pós-graduação tem avançado significativamente, verificando-se uma demanda expressiva por parte dos assistentes sociais tanto em termos de cursos de Mestrado e, agora também, de Doutorado, como de cursos de especialização. Tem-se atualmente na sociedade brasileira seis cursos de Mestrado e um curso do Doutorado em Serviço Social e cursos de especialização em grande parte das Unidades de Ensino de Serviço Social do país.

Frente a esta realidade, constata-se que hoje a pós-graduação tem um peso expressivo no processo de formação profissional do assistente social no Brasil e, assim, vem se colocando como uma exigência histórica que os cursos constituam, antes de tudo, espaços de reflexão e de análise sobre as questões básicas que a profissão enfrenta na sociedade brasileira na atual conjuntura, contribuindo na produção teórica e na capacitação profissional que o desenvolvimento do Serviço Social está a exigir. Neste sentido é fundamental que a pós-graduação esteja de fato vinculada à ABESS e que, nesta perspectiva, a política de trabalho da entidade tenha estratégias que garantam esta vinculação efetiva e sistemática da pós-graduação no projeto educacional do Serviço Social na sociedade brasileira.

Uma oitava questão no processo de formação profissional do assistente social no Brasil refere-se às condições objetivas de trabalho na viabilização do Projeto Educacional de Serviço Social.

Tem-se claro que o projeto educacional de Serviço Social como um processo amplo que articula Ensino/Pesquisa/Extensão exige que professores e estudantes tenham, no contexto universitário, condições objetivas de trabalho que lhes permitam produzir conhecimentos, responder às exigências da realidade e, especificamente, às demandas de capacitação da categoria, chegando a um ensino crítico e consistente capaz de capacitar para um exercício profissional consciente e consciente. E, dentro do complexo e heterogêneo quadro da Universidade brasileira, constata-se uma diversidade de condições de trabalho, verificando-se como um tendência predominante — com expressões diversas nas Unidades de Ensino — que professores e estudantes ressentem-se das condições básicas para o desenvolvimento de um projeto educacional. É a crise da Universidade brasileira, comprometendo o

ensino, a pesquisa e a extensão enquanto dimensões básicas da vida universitária.

Concretamente, no cotidiano das Unidades de Ensino, esta debilidade estrutural da instituição Universitária vai se expressar na dificuldade de viabilizar uma *relação pedagógica* em que professor e aluno, conjuntamente, a partir das suas posições específicas no contexto universitário, produzam o processo da formação profissional. Esta dificuldade de desenvolvimento da relação pedagógica evidencia-se nas distintas situações vivenciadas por docentes e discentes: nas aulas em que é difícil uma participação qualificativa do aluno e um trabalho docente que atenda às expectativas dos estudantes; no processo avaliativo que fica restrito quase sempre a tarefas acadêmicas em que o estudante, de fato, não elabora, não produz; na própria vida universitária em que professores e alunos ressentem-se da reflexão, do debate, da crítica. E, assim, o processo pedagógico vai se burocratizando, reforcando o imobilismo, a mediocridade e a alienação no contexto da vida universitária, o que vai comprometer essencialmente a dinâmica das propostas curriculares e o próprio desenvolvimento do projeto de formação do assistente social na sociedade brasileira.

3. REPENSANDO A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA ATUAL CONJUNTURA

Considerando o *avango qualitativo* da formação profissional do assistente social no Brasil nestes últimos cinco anos e, mais ainda, as *questões contemporâneas* que se colocam para a categoria e, especialmente, para professores, estudantes e supervisores vinculados às Unidades de Ensino de Serviço Social, configura-se o desafio de *repensar o processo de formação profissional do assistente social na sociedade brasileira*, no sentido de consolidar os seus avanços e superar os seus limites e dificuldades, procurando dinamizar a formação profissional para responder às exigências do atual momento do país. Este repensar situa-se, pois, como uma *exigência conjuntural* que como tal exige resposta urgente e imediata. É preciso repensar a formação profissional a partir das reais contradições que marcam a formação pro-Nova República, no sentido de saber ler as demandas e possibilidades que se colocam para o Serviço Social e como respondê-las. É repensando a formação profissional do assistente social na sociedade brasileira na atual conjuntura é necessário e fundamental *repensar a ABESS enquanto entidade nacional* a quem cabe, pela sua especificidade, definir uma política de formação profissional no âmbito do Serviço

Social. Nesta perspectiva, ao se redefinir o projeto educacional como um projeto amplo que articule ensino, pesquisa e extensão é essencial *redefinir a estrutura da ABESS* para que a entidade tenha a abrangência e dinamicidade necessárias para, de fato, definir as diretrizes básicas na orientação deste projeto. A entidade precisa ser redefinida para ser capaz de responder na sua política de trabalho às exigências do processo de formação profissional do assistente social no Brasil em resposta às demandas existentes e emergentes que se configuram para o Serviço Social na dinâmica da sociedade brasileira.

Esta tarefa histórica de repensar a formação profissional do assistente social e a própria ABESS na sociedade brasileira exige um entendimento da dinâmica contraditória da atual conjuntura. E para este entendimento é preciso, no desenvolvimento cotidiano do processo social, saber analisar concretamente através dos fatos e situações:

- quais as forças sociais que se enfrentam hoje na sociedade brasileira, ou seja, como se concretiza contemporaneamente a luta de classes no país;
- quais as formas básicas como este enfrentamento de forças vem se dando no cotidiano do país;
- quais as alianças que vêm se fazendo e desfazendo no jogo das forças sociais na sociedade brasileira;
- quais as instâncias de expressão das forças sociais em luta;
- quais as necessidades e exigências que este enfrentamento está colocando para as diferentes forças sociais.

São estas questões básicas que precisam ser encaminhadas e redefinidas na análise da conjuntura brasileira em termos de se ter clareza e lucidez das exigências que a luta de classes, nas suas expressões contemporâneas, está colocando para o *Trabalho Social* e, especificamente, para o *Serviço Social*, enquanto uma das formas especializadas de desenvolvimento do Trabalho Social na sociedade brasileira. E a partir daí que se tem a análise de fundo para repensar o processo de formação profissional do assistente social e a própria ABESS hoje no Brasil.

3.1. Esboço de configuração geral da conjuntura brasileira — Tentativa de delimitação de aspectos para análise

Neste atual momento da história brasileira, no âmbito de uma *democracia burguesa*, em que se configura a *Nova República*, a *luta de classes* assume formas distintas e específicas em relação ao longo período da ditadura. A luta de classes tem expressões novas no con-

texto do processo de democratização, configurando um momento contraditório que exige lucidez para não se confundir determinadas situações e saber ler no cotidiano o enfrentamento das forças sociais.

Hoje, na sociedade brasileira, a classe dominante apresenta-se constituída por forças conservadoras e liberais que, em termos de visão, diferem no encaminhamento do projeto burguês. Estas forças, com suas diferenças ao nível estratégico, aliam-se no fundamental e reorganizam-se no interior do Estado. Frente ao agravamento da questão social, as forças dominantes redefinem estratégias e táticas no contexto da democracia e esta redefinição expressa-se fundamentalmente nas políticas estatais que, do ponto de vista burguês, assumem bandeiras de luta dos movimentos sociais: vide Reforma Agrária, Política Trabalhista, Política de Assistência Social, Constituinte, entre outras. Assim sendo, estas políticas estatais, e, especificamente, as políticas sociais, têm na atual conjuntura um caráter contraditório que precisa ser essencialmente considerado: ao absorver determinadas reivindicações e lutas das classes dominadas, buscam esvaziar e imobilizar os movimentos sociais, mas, ao mesmo tempo, abrem potencialmente um espaço para o avanço e consolidação das lutas dos movimentos sociais. De fato, este novo posicionamento estratégico da dominação via Estado propõe-se controlar e cooperar os movimentos sociais no seu processo de luta, através de mecanismos que, aparentemente, parecem atender às reivindicações das classes dominadas; no entanto, se tais mecanismos são devidamente compreendidos e desvelados pelos movimentos sociais podem constituir um fator de reforço ao processo de organização popular.

As classes dominadas, expressando-se através dos movimentos sociais na cidade e no campo — movimentos com diferentes níveis de organização que vão desde lutas eminentemente corporativas até lutas politicamente mais amplas —, vêm enfrentando, neste primeiro momento, dificuldades de organização e de recomposição frente a esta realidade da Nova República. E, no contexto desta democracia burguesa, precisam encontrar novas estratégias em termos de avançar nas suas lutas, aproveitando com lucidez e consciência os espaços que se vêm colocando ao nível dessa postura estratégica do Estado sem perder a sua autonomia e sua força de pressão.

O Serviço Social, pela sua própria inserção na sociedade, está no cerne deste enfrentamento Estado/movimentos sociais: trabalhando dentro do Estado é chamado a viabilizar as políticas estatais, atuando diretamente com os movimentos sociais, onde a sua clientela está inserida. E então, como atuar neste enfrentamento Estado/movimentos

sociais no contexto da democracia burguesa da Nova República? Como o Serviço Social vai atuar neste enfrentamento de modo a reforçar concretamente os interesses da clientela enquanto classe dominada? Como apoiar os movimentos sociais para aproveitar os espaços a nível das políticas sociais avançando nas suas lutas e resguardando a sua autonomia?

Este questionamento básico relativo à atuação do Serviço Social no contexto da Nova República, ou seja, neste momento conjuntural de redemocratização em termos da emergência da democracia burguesa, coloca uma questão de fundo em relação ao processo de formação profissional do assistente social no Brasil:

Tendo presente os limites e dificuldades que o Serviço Social está enfrentando no processo da formação profissional, como formar assistentes sociais para desenvolver uma prática profissional consciente e conseqüente neste contexto da democracia burguesa?

Como desenvolver uma política de pesquisa que propicie a produção do conhecimento necessário para fundamentar a prática profissional do assistente social na atual conjuntura brasileira?

Como encaminhar uma política de capacitação continuada via extensão que responda às necessidades e expectativas da categoria frente às questões que se colocam para o Serviço Social na sociedade brasileira neste processo de enfrentamento Estado/movimentos sociais?

Enfim, considerando as dificuldades e debilidades constatadas no processo de formação profissional do assistente social no Brasil em termos de clareza da própria proposta de Serviço Social hoje na sociedade e do encaminhamento do projeto de formação profissional em toda sua amplitude, como a ABESS, em seu programa de trabalho, deve encaminhar uma política de formação profissional do assistente social que atenda às exigências do ensino, da pesquisa e da extensão em Serviço Social neste momento histórico da sociedade brasileira?

Buscando desenvolver uma análise que responda a esta questão de fundo, vão-se, então, configurando exigências que o momento histórico coloca em termos da formação profissional do assistente social no Brasil, no sentido de superar os impasses e dificuldades que estamos enfrentando no contexto dos cursos de Serviço Social.

3.2. Exigências básicas no processo de formação profissional do assistente social na atual conjuntura brasileira

Repensando a formação profissional do assistente social no atual momento histórico da sociedade brasileira, configuram-se como exi-

gências básicas a serem respondidas na política de trabalho da ABESS e, especificamente, na dinâmica de cada curso de Serviço Social:

3.2.1. Propiciar condições objetivas para a formação de assistentes sociais críticos, comprometidos e conscientes

É preciso sair do mero discurso da criticidade e viabilizar a criticidade. Neste sentido é fundamental que todo o processo da formação profissional em seus diferentes níveis — graduação e pós-graduação — seja de fato crítico em termos de ajudar os profissionais a superarem o nível da aparência e perceberem e analisarem a função social do exercício profissional no contexto das relações sociais, configurando a exigência histórica de apoiar e reforçar os interesses da clientela enquanto classe, assumindo, na qualidade de profissional, um compromisso com as suas reivindicações e lutas. Assim, no âmbito da formação profissional, é preciso oferecer, através de diferentes mecanismos, a oportunidade de uma reflexão crítica em termos da opção profissional. É necessário que se criem condições para que o estudante, o profissional, configurem esta opção, este compromisso não como algo vago a nível do discurso, mas como algo concreto que perpasse a sua vida como cidadão e como profissional. Nesta perspectiva é fundamental repensar a prática pedagógica no interior das Unidades de Ensino de Serviço Social para que, de fato, propicie o debate crítico ao nível do ensino, da investigação e da extensão, envolvendo professores, estudantes, supervisores e profissionais. Concretamente, é preciso repensar o encaminhamento das aulas, das tarefas acadêmicas, do estágio e do desenvolvimento do processo da investigação e da extensão buscando a criticidade em termos de desvendamento da realidade enquanto fundamento da opção profissional.

3.2.2. Delimitar, com referência básica, uma proposta de Serviço Social que, de fato, configure alternativas de ação profissional na dinâmica contraditória da atual conjuntura brasileira

No debate da formação profissional é preciso sair do nível dos princípios gerais para a configuração de alternativas de ação do Serviço Social no atual contexto de enfrentamento de interesses, como a base para a definição de um projeto de formação profissional do assistente social. Assim é preciso recuperar concretamente as demandas e exigências dos dominantes para o Serviço Social via Estado/políticas sociais e as demandas e exigências dos dominados para a profissão via movimento sociais nas suas diferentes expressões: movimento operário

e sindical, movimentos sociais rurais, movimentos sociais urbanos. E, analisando as condições objetivas de ação do Serviço Social no contexto institucional, configurar possibilidades e alternativas de ação profissional frente a estas demandas contraditórias. É preciso hoje, no debate de professores, estudantes, supervisores e profissionais no âmbito do Ensino, Pesquisa e Extensão, discutir o que o Serviço Social pode fazer na dinâmica contraditória das políticas sociais na Nova República, chegando a delimitar propostas de intervenção em termos de apoio aos movimentos sociais no sentido de aproveitar com lucidez os espaços que se abrem com o processo de democratização, resguardando a sua autonomia enquanto força social. Nesta perspectiva é preciso aliar a análise mais geral da conjuntura brasileira ao nível das forças sociais com análises específicas das diferentes políticas e mecanismos estatais, ou seja, ver como o enfrentamento de forças se concretiza na política agrária, na política trabalhista, nas diferentes políticas sociais para, então, a partir daí delimitar estratégias de ação do assistente social no exercício da sua prática que se efetiva no âmbito do enfrentamento Estado *versus* setores populares. Neste sentido é preciso analisar politicamente os movimentos sociais para resgatar o seu potencial de luta, chegando a configurar propostas de ação do Serviço Social para atuar na área sindical, para atuar com as múltiplas formas de organização emergentes na luta dos trabalhadores, na cidade e no campo: associações, comissões de fábrica, grupos, união de moradores, comunidades de base. E, ainda, nesta análise das formas de enfrentamento de classes hoje no Brasil, ou seja, das formas de dominação *versus* resistência das classes, é preciso resgatar outros espaços em que este enfrentamento se dá e que, muitas vezes, não são considerados nas análises políticas como é o caso da cultura enquanto espaço de expressão da luta de classes. Neste sentido é necessário discutir como o assistente social que trabalha o cotidiano da clientela pode desenvolver uma prática ao nível das manifestações culturais, resgatando as elaborações e produções que revelam uma concepção de mundo dos dominados e ajudando o desvelamento e a superação das idéias e valores do pensamento dominante.

Assim, o debate da formação profissional no interior dos cursos de Serviço Social precisa hoje avançar na construção de propostas de atuação da profissão na atual conjuntura, buscando ter, de fato, um referencial básico, um eixo articulador dos projetos de formação profissional do assistente social. É a construção de um projeto de Serviço Social que necessariamente passa pela investigação, pela extensão, pelo ensino crítico. E só assim se pode dar ao projeto de formação

profissional do assistente social a consistência e a dinamicidade que o momento histórico brasileiro exige.

3.2.3. Assumir a investigação como estratégia, como elemento dinamizador do processo

Buscando delimitar concretamente um projeto de Serviço Social na sociedade brasileira como o eixo articulador de todo o processo da formação profissional, a investigação configura-se como uma exigência histórica e conjuntural.

Somente o desenvolvimento da prática investigativa por professores, alunos, supervisores e profissionais ao nível da pesquisa, extensão e ensino crítico pode garantir a consistência e dinamicidade do processo de formação profissional. É através da investigação em termos da produção de conhecimento que se pode, de fato, chegar ao conteúdo do currículo nas diferentes matérias e disciplinas, viabilizando as diretrizes e objetivos das propostas curriculares. É através da investigação que o projeto de formação profissional pode responder às exigências conjunturais tanto em termos de conteúdo básico como de processo pedagógico. E, ainda, é através da investigação produtora do conhecimento em resposta às questões básicas e emergentes que os cursos de Serviço Social podem atender às demandas de capacitação continuada dos assistentes sociais que estão no exercício da prática profissional.

Nesta discussão da investigação como elemento dinamizador do processo de formação profissional é preciso ter claro um aspecto básico: é fundamental uma política de pesquisa que priorize as temáticas básicas de análise do Serviço Social no atual momento brasileiro. Logo, essa política de pesquisa deve surgir do debate com professores, estudantes, supervisores e, especificamente, com os profissionais em que se formule as questões que hoje devem se constituir em objeto de estudo e análise para a profissão.

3.2.4. Trabalhar as teorias como instrumental de análise da realidade brasileira e das distintas formações sociais ao nível regional e local

É fundamental redefinir a perspectiva e o encaminhamento do estudo da teoria no processo de formação profissional do assistente social para superar o teorismo, o estudo mecânico dos conceitos, a visão formalista do conhecimento para se chegar a um estudo que, de fato, dinamize a teoria, colocando-a em movimento no confronto com o real. É preciso desenvolver um estudo que fecunde a teoria em

termos de resgate de indicações teórico-metodológicas para análise da realidade. Nesta perspectiva, a questão é capacitar o estudante, o profissional, a ter a teoria como instrumento de análise, a saber trabalhar os conceitos na análise da sociedade em que está desenvolvendo a sua prática. Assim, é essencial que o estudo das Ciências Sociais — Sociologia, Ciência Política, Antropologia, História — e da Filosofia, da Psicologia configure bases conceituais para as análises estruturais e conjunturais da sociedade brasileira enquanto fundamento da prática profissional: o desenvolvimento do capitalismo, o enfrentamento das forças sociais, a natureza e dinâmica do Estado, as políticas sociais, as instituições, a chamada problemática social. É a teoria concretizando-se na análise científica da realidade que é indispensável para o desenvolvimento consciente e conseqüente do exercício profissional.

3.2.5. Desenvolver uma formação básica que de fato instrumentalize metodologicamente o assistente social para o exercício profissional na dinâmica contraditória da sociedade brasileira

Tendo por base um projeto de Serviço Social na sociedade brasileira, como eixo articulador do projeto educacional, é fundamental desenvolver o processo de formação profissional do assistente social, nos seus diferentes níveis — graduação e pós-graduação — de forma a capacitar os estudantes e profissionais teórica e metodologicamente para o exercício da prática profissional no contexto da sociedade brasileira. Assim é indispensável na formação profissional do assistente social uma sólida base teórico-metodológica para que o profissional possa responder às exigências do exercício do Serviço Social, efetivando, reconstruindo e recriando a prática profissional dentro das condições objetivas de trabalho que se colocam para a profissão. Assim é que o processo de formação profissional, através do ensino, da pesquisa e da extensão, precisa instrumentalizar o profissional para o exercício cotidiano da profissão. Essa exigência não pode ser confundida com a mera qualificação metodologista, tecnicista, com o simples aperfeiçoamento de um dado instrumental — operativo desvinculado de uma base teórica e analítica em termos de transmissão acrítica de um conjunto de normas e procedimentos mas, sim, essa exigência coloca a necessidade de um encaminhamento da formação profissional que capacite o assistente social teórica e metodologicamente para:

- ser capaz de identificar e trabalhar as possibilidades teórico-práticas da profissão na realidade em que está inserido;
- compreender e analisar os fenômenos com que trabalha, no contexto das relações sociais, construindo o seu objeto de intervenção;

- delimitar e encaminhar metodologicamente o processo de intervenção em termos do objeto construído, definindo objetivos, estratégias e táticas de ação profissional;

● desenvolver um instrumental técnico-operativo que viabilize o processo metodológico dentro da proposta de intervenção definida.

3.2.6. Desenvolver uma política de capacitação docente como suporte básico na redefinição do processo de formação profissional do assistente social

Para concretizar o projeto educacional de ensino, pesquisa e extensão no processo de formação profissional no interior da Universidade brasileira, é indispensável hoje a criação de mecanismos e estratégias dentro de uma política de capacitação que possibilite condições objetivas para que os professores e supervisores possam responder às expressivas mudanças na perspectiva da formação profissional do assistente social no Brasil que vem se explicitando nos últimos cinco anos. É criar as oportunidades para atualização do professor e do supervisor, para o seu avanço na reflexão, capacitando-os para elaborar os conhecimentos necessários ao real desempenho da função docente. É esta a forma de superar a improvisação do professor enquanto a um aspecto problemático que compromete o desenvolvimento da nova proposta curricular do Serviço Social. Além do mais, a capacitação docente é hoje uma estratégia básica, em termos de pleno exercício do magistério superior, na perspectiva da reestruturação da Universidade brasileira, proposta na atual conjuntura pelo movimento docente, pelo movimento estudantil e pelos funcionários.

É fundamental ter presente que esta política de capacitação docente deve assumir formas específicas em cada Unidade de Ensino, dependendo das necessidades e exigências de cada processo de formação profissional e das possibilidades e recursos de cada Universidade, ou seja, cursos de Mestrado, cursos de Especialização, cursos de Aperfeiçoamento, Consultorias, Assessorias, Seminários, Debates, Grupos de Estudo. Neste sentido, dois aspectos são básicos em termos de definição dessa política de capacitação docente nas distintas Unidades de Ensino:

- definir as questões teórico-metodológicas emergentes no processo da formação profissional do assistente social tanto em termos mais gerais como em termos específicos da realidade da escola;
- saber carrear recursos, aproveitando as possibilidades da Universidade e de outras instituições financiadoras.

3.2.7. Desenvolver uma política de extensão que viabilize uma amplitude do processo de formação profissional para o conjunto da categoria em articulação com as entidades representativas

Dentro de uma concepção ampla do processo de formação profissional, a extensão constitui-se uma dimensão básica do projeto educacional, viabilizando uma vinculação mais direta da formação profissional com a realidade do exercício da profissão. Assim sendo, via extensão, é possível que a Universidade e, mais concretamente, as escolas de Serviço Social contribuam na resposta às questões que a realidade brasileira, na atual conjuntura, está colocando para a profissão. Neste sentido, é necessário que as escolas de Serviço Social, em cada realidade específica, articulem-se com as entidades representativas da categoria — Associação Profissional ou Sindicato, CRAS — em termos do desenvolvimento de um trabalho de extensão fundado na discussão e análise da prática profissional, buscando apoiar de forma efetiva a categoria no exercício cotidiano do Serviço Social. É esta a diretriz básica que a realidade da profissão na atual conjuntura brasileira indica no tocante à política de extensão. Concretamente, esta política de extensão vinculada ao exercício profissional pode se efetivar através da prestação de serviços aos grupos de assistentes sociais nas suas diferentes instituições de trabalho em termos de assessorias, consultorias, cursos, seminários, treinamentos. Nesta perspectiva de ação extensionista configura-se, hoje, como exigência básica no processo de formação profissional do assistente social no Brasil, o desenvolvimento de uma política de capacitação continuada dos profissionais de Serviço Social, política essa que seja capaz de responder à necessidade urgente e imperiosa de atualização e análise que a conjuntura brasileira vem colocando contemporaneamente para a assistente social nos seus diferentes campos de trabalho.

No contexto desta política de extensão em Serviço Social articulada ao processo de organização da categoria é importante ter presente a estreita vinculação *extensão/pesquisa*, considerando este contato direto com o exercício da prática profissional numa dupla dimensão, qual seja: como fonte de inspiração para questões que devem se constituir objeto de estudo no âmbito do Serviço Social; como oportunidade de coletivizar dentro da categoria os conhecimentos produzidos por professores e alunos no espaço universitário.

É a vinculação Universidade/realidade como fundamento básico para concretização do processo de formação profissional do assistente social que, de fato, responda com a consistência e dinamicidade necessárias às exigências da atual conjuntura brasileira.